

HABEAS CORPUS Nº 487.019 - PE (2018/0346693-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : IGOR AUGUSTO REIS LEIJOTO
ADVOGADO : IGOR AUGUSTO REIS LEIJOTO - DF058377
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : RANIERE ARAUJO LEITE MARQUES DE SA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RANIERE ARAÚJO LEITE MARQUES DE SÁ apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Desembargador relator Evandro Magalhães Melo que indeferiu a liminar no *Habeas Corpus* n. 0005328-33.2018.8.17.0000.

Consta dos autos que o paciente responde à Ação Penal n. 000996-74.2016.8.17.0620, proposta com fundamento no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 288, ambos do Código Penal, tendo a prisão preventiva sido decretada em 9/8/2018 (e-STJ fls. 35/38).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, tendo sido indeferido o pedido de liminar (e-STJ fls. 32/34).

No presente *writ*, alega-se que "*o crime em discussão ocorreu em 26/11/2011, mas que a denúncia foi oferecida somente em 8/8/2018, após quase 7 (sete) anos de inquérito com o paciente em liberdade*" (e-STJ fl. 6).

Aponta-se inépcia da denúncia, afirmando que não ocorreu indicação precisa "*de quando, como, de que forma teria praticado o suposto crime*" (e-STJ fl. 17).

Registra-se que o paciente é primário e é policial militar do Estado de Pernambuco.

Requer-se a concessão da medida liminar; no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que se reconheça a inépcia da denúncia e a ausência de justa causa, expedindo-se, consequentemente, alvará de soltura e revogando-se a prisão preventiva.

Alternativamente, pretende-se sejam concedidas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (e-STJ fls. 61/63).

Pedido de reconsideração por mim indeferido (e-STJ fls. 91/94).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou, caso conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ fls. 103/113).

É, em síntese, o relatório.

Como visto no relatório, o presente *writ* volta-se contra a decisão que indeferiu o pleito liminar na origem (e-STJ fls. 32/34).

Todavia, consoante informações prestadas pela própria defesa, na petição de e-STJ fls. 117/128, houve a superveniência do julgamento do mérito do HC n. 0005328-33.2018.8.17.0000 pelo Tribunal *a quo*, em 23/4/2019, ocasião em que, por unanimidade, a 1ª Câmara Criminal denegou a ordem.

Desse modo, é forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente *writ* pela perda superveniente de seu objeto, uma vez que os argumentos expostos contra a decisão monocrática indeferitória da medida liminar encontram-se superados em vista do julgamento definitivo do *habeas corpus* precedente.

Nesse sentido :

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF.

1. Nos termos do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar".

2. O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha, que não escapa à pronta percepção do julgador, o que, todavia, não ocorre na espécie.

3. A superveniência do julgamento de mérito do habeas corpus originariamente impetrado torna prejudicado o presente writ, visto que

uma nova decisão foi proferida, substituindo o decisum aqui atacado, qual seja, o que indeferiu a liminar pleiteada no remédio constitucional lá impetrado.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 289.064/SP, relator Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 15/9/2014).

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. SÚMULA 691/STF.
SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT
ORIGINÁRIO. PERDA DO OBJETO.**

1. Nos termos da Súmula 691/STF, "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar".

2. Ocorre a perda do objeto de writ impetrado nesta Corte - contra a decisão liminar proferida pelo Tribunal de origem - quando há o julgamento do mérito do habeas corpus originário.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 303.034/PI, relator Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe de 20/10/2014).

Ante o exposto, com fulcro na jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Tribunal Superior, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator